

# A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES SANTOMENSES NA VIDA POLÍTICA NO PERÍODO DE 1991 A 2018<sup>1</sup>

Heyma Lopes Neto Barbosa<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste artigo, analiso a situação das mulheres na sociedade santomense após o fim do regime de partido único, que se seguiu ao multipartidário semipresidencialista (1991 a 2018), considerando o contexto político do pós-independência e um conjunto de aspetos socioculturais vigentes relativos aos papéis de gênero em São Tomé e Príncipe. Para alcance dos objetivos, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica. Conclui-se que, apesar de serem identificados alguns avanços, persiste a sub-representação das mulheres nos espaços formais de poder.

**Palavras-chave:** Mulheres na política - São Tomé e Príncipe - 1991-2018. Mulheres - São Tomé e Príncipe - Atividades políticas.

## ABSTRACT

The main focus of this article is to analyze the situation of women in São Toméan society after the end of the one-party regime which followed the multiparty semi-presidential regime (1991 to 2018), considering the post-independence political context and a set of prevailing sociocultural aspects concerning gender roles in São Tomé and Príncipe. To reach the ends of the article, the bibliographical methodology of research was used. It is concluded that, despite some advances, the underrepresentation of women in formal spaces of power persists.

**Keywords:** Women in politics - São Tomé and Príncipe - 1991-2018. Women - São Tomé and Príncipe - Political activities.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zelinda dos Santos Barros.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

As mulheres tiveram uma participação intensa na luta pela independência de São Tomé e Príncipe, mas foram excluídas após a independência, não ocupando altos cargos políticos, nem sendo reconhecidas pelo seu potencial. A exclusão das mulheres da ocupação de cargos políticos no país foi ostensiva, uma vez que ambos os gêneros não tinham experiência prévia na ocupação dos cargos, mas os homens foram indicados para ocupação dos mesmos. Após ser cumprido o objetivo, elas regressaram para a casa retomando a rotina diária esperada de cuidar de suas famílias, apesar de, após a independência, ter sido criada a Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe (OMSTP) com o intuito de sensibilizar e estimular as mulheres a participar no processo da construção do país.

Neste artigo, analiso a situação das mulheres na sociedade de São Tomé e Príncipe após o fim do regime de partido único, que se seguiu ao multipartidário semipresidencialista (1991 a 2018), e analiso as condições e desafios da participação de mulheres na vida política nacional santomense a partir da instituição do multipartidarismo, considerando o contexto político do pós-independência e um conjunto de aspetos socioculturais vigentes relativos aos papéis de gênero em São Tomé e Príncipe (STP). Para o alcance dos objetivos propostos, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, mais adequado para o alcance dos propósitos da pesquisa, tendo em vista a situação de emergência sanitária gerada pela pandemia de COVID-19<sup>3</sup>. Foi feita a pesquisa de fontes referenciais e o levantamento de dados nos sites, livros, dissertações, relatórios e artigos publicados sobre a temática em questão, seguida da análise dos conteúdos. Com base no tema, selecionei os assuntos que nos permitirão melhor compreender o que dificulta a equidade do gênero e uma maior participação das mulheres na vida política: patriarcalismo, gênero, feminismo, interseccionalidade e subalternização.

---

<sup>3</sup> Inicialmente, a previsão era que fossem realizadas entrevistas com atrizes-chave, mulheres que são referências no espaço público santomense, para que se pudesse melhor identificar e compreender os fatores que ainda dificultam uma maior participação feminina. Devido à distância, foi mais viável aplicar questionários online, que foram endereçados por e-mail para mulheres de diversos âmbitos políticos. Foram enviados 10(dez) questionários entre julho e agosto de 2021, mas somente tivemos o retorno de 2(duas) pessoas, sendo que somente uma pessoa respondeu com seriedade o questionário, o que me levou a focar somente no método de pesquisa bibliográfica, para assim alcançar e concluir a pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A partir do final da década de 1960, os estudos das relações sociais entre homens e mulheres começaram a ganhar consistência nos países da língua inglesa, onde foi categorizada a palavra gênero (*gender*), para depois se expandirem pelo mundo afora. Neste contexto, Joan Scott (1989) defendia que seria preciso incluir a preocupação com gênero nas análises históricas,

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitas históricas legítimas, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980. (JOAN SCOTT, 1989)

Conforme Joan Scott (1989) gênero é uma construção social, do que seria o que diferencia uma mulher e um homem, o que requer ou gera reflexões pertinentes, que no qual deveria ter mais alicerce, isto porque é algo que foi construído pela nossa sociedade. Levando em consideração tais reflexões, observamos que, nas relações entre os gêneros, se observa maior valorização dos homens ou a hierarquização entre masculino e feminino, e isso recai em várias vertentes como, por exemplo, no poder e no setor político.

Uma vez que, quando se abordam as relações abrangidas sobre este termo, gênero surge como categoria de análise para questionar a subalternidade e o processo de subalternização das mulheres, implicando várias dimensões de poder e simbologias relacionadas à linguagem dos corpos, à representação do masculino e do feminino, elemento constitutivo de identidades e dominação masculina inscrito na palavra, nas coisas, nos objetos e nos espaços, nas estruturas mentais e na percepção que temos dos outros e na forma de usar o nosso próprio corpo. (CASIMIRO & ANDRADE, 2005)

Para Patrícia Mac Fadden (2016), o gênero como ferramenta de pensamento crítico serviu para explicar as formas de experiências das mulheres em relação à exclusão patriarcal, impunidade, supremacia masculina e desumanização através de um exercício teórico e prático. Ela ainda ressalta que o encarceramento patriarcal das mulheres através de papéis e deveres normalizados foi iluminado pela invenção de gênero e da sua categórica insistência em afirmar que não se trata de sexo, e sim dos locais e práticas de exploração e exclusão do poder.

A noção de patriarcado nos dá uma noção de como opera uma hierarquização ideológica entre os homens e as mulheres. Joan Scott (1989) argumenta que, teoricamente, o patriarcado concentrou sua atenção na subordinação das mulheres e encontrou explicação na “necessidade” de o macho dominar as mulheres que, no caso, seria a reprodução, que também é a fonte da libertação das mulheres. Para Sulamith Firestone (*apud* SCOTT, *op. cit.*), a reprodução era também aquela “amarga armadilha” para as mulheres. O patriarcado e o capitalismo são aparentemente separados, mas estão interligados, pois a dominação econômica se torna prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção<sup>4</sup>.

De acordo com Silva (2013), as feministas radicais, conceituam o patriarcado como um sistema sexual de poder, com a coordenação hierárquica masculina da sociedade que se permeia através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho. Já de acordo com Grossman e Nunes (2014), o feminismo radical propõe-se a apressar o declínio das formas tradicionais do patriarcado, cooperando para a desconstrução e melhor compreensão do mesmo, dando visibilidade para as trajetórias, lutas e conquistas das mulheres. Barreto (2004) ressalta que o debate feminista sobre as relações de gênero oportunizou a indagação da heterossexualidade como cláusula, o que originou a crise na família patriarcal. Por conseguinte, a configuração social deu início ao desmantelamento dos modelos tradicionalistas com modificação notável.

Como afirma José Aldyr Gonçalves (2009) o resultado globalizante do abarcamento da mulher em termo economia no mundo foi muito denso. Na indústria eletrônica internacionalizada de fins dos anos de 1960, na Ásia, já se empregavam mulheres jovens e sem qualificação profissional, enquanto as noticiosas economias industrializadas adentravam no mercado de trabalho mulheres que recebiam salários baixos em quase todos os níveis da estrutura de cargos.

É fundamental também considerar o racismo e seus efeitos no debate sobre o patriarcado, pois o processo de desumanização imposto pela escravização de africanos fez com que a maternagem fosse negada às mulheres negras, que lutavam para que seus filhos não fossem retirados, além de serem consideradas como “reprodutoras”, “amas de leite”, enquanto as mulheres brancas, apesar de subalternizadas, eram consideradas mulheres, seres humanos. Neste contexto, se destaca a importância do feminismo negro, que se tornou popular nos anos 1960,

---

<sup>4</sup> Os debates iniciais das feministas marxistas giravam em torno deste assunto, a divisão sexual do trabalho pelo capitalismo, alegando que a reprodução permanece numa categoria oposta e não tem um estatuto equivalente ao de modo de produção, o sistema econômico não pontua de uma forma direta a relação de gênero e está subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas e naturais.

nos EUA, e reagia ao racismo do movimento feminista e ao sexismo do movimento pelos direitos civis dos negros.

Dentre as contribuições teóricas do movimento feminista negro, temos a abordagem interseccional das opressões de raça, classe e gênero, sintetizada no conceito de “interseccionalidade”, cunhado por Kimberle Crenshaw, em 1989. Para Crenshaw, as discriminações resultantes do racismo, dos sexismos e do classismo operam, juntas limitando as chances de sucessos das mulheres negras e dos demais grupos subalternizados. Sendo um conceito de grande relevância e indispensável nas áreas de ciências sociais, serve como uma ferramenta analítica para entendermos essas desigualdades existente nas relações sociais, pois, através da perspectiva interseccional, faz com que não tenhamos uma visão distorcida dessa disparidade. Este conceito nos permite ter uma melhor compreensão do que seriam múltiplas discriminações e opressões no que tange a gênero, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião entre outros, evitando assim que haja uma a universalização das experiências e a exclusão das mulheres racializadas. conforme Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

A perspectiva interseccional nos permite ter um olhar mais crítico e amplo para questionar mais sobre o grupo subposto e analisarmos mais profundamente a situação das mulheres, pois para além do machismo e sexismo as mulheres pretas sofrem o racismo.

Posto isso, o feminismo é um movimento político e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens. O feminismo aparece como um movimento libertário, que reivindica não só espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, mas que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p.16).

### 3 A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE SANTOMENSE

A hierarquia de gênero na estrutura social tem afetado as mulheres em todas as sociedades. Historicamente, foi atribuído às mulheres o espaço privado e, por sua vez, os lugares públicos aos homens, o que favoreceu a desigualdade na política institucional. Conforme Okin,

A dicotomia público/doméstico, permanece uma ambiguidade, resultando diretamente das práticas e teorias patriarcais do passado, que tem sérias consequências práticas – especialmente para as mulheres. A divisão do trabalho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos. Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família. Esses pressupostos, como se poderia esperar, têm efeitos de grande alcance na estruturação da dicotomia e de cada uma das esferas que a compõem. (OKIN, 2008, pp. 307-308)

Tal estrutura faz com que a maior atenção seja dada aos homens, configurando um sistema de dominação que favorece o homem e subalterniza a mulher, nomeadamente na área institucional, em que existe uma distribuição e articulação de poder que faz com que, dificilmente, as mulheres ocupem cargos públicos. Para uma melhor compreensão desta subalternização, é necessário entendermos o que originou esta dicotomia.

O patriarcado é um sistema de poder que produziu a divisão e hierarquização entre homens e mulheres, o que, por conseguinte, naturalizou a ideia de superioridade entre os sexos e fez com que as mulheres fossem excluídas da participação em algumas esferas. Os efeitos deste modo de organizar a sociedade são percebidos também quando as próprias mulheres reproduzem o argumento que naturaliza este sistema, concordando que o lugar das mulheres é no seio doméstico, negando-se a ocupar espaços e a se expor na esfera pública, em suma, preferindo ocupar o espaço doméstico, cuidar dos seus filhos, da casa, ser controladas, guiadas, vigiadas e, sobretudo, dominadas pelos homens.

Nas sociedades ocidentais, até meados do século XX, a mulher tinha um papel diferenciado em muitas sociedades, não participando da vida política sob a justificativa de serem incapazes de atuar no meio político por estarem restritas à vida privada, desempenhando os papéis de esposa e mãe, o que nos remete aos afazeres domésticos, ao cuidado da casa e dos filhos, o que raramente encontraria um homem exercendo. Sociedades africanas também estão

estruturadas sobre o patriarcado, e São Tomé e Príncipe<sup>5</sup> é uma delas (INE, 2012). Atualmente, reproduzimos e vivenciamos o reflexo do que outrora os nossos antepassados produziram e perdura até hoje.

A sociedade santomense é marcada por uma construção machista e hierárquica em relação ao homem e a mulher, ficando incutido no imaginário social que o lugar da mulher é em casa e o do homem é nos lugares públicos. Neste contexto, a questão da equidade de gênero torna-se um imperativo fundamental para o debate público. Durante toda a história do país, é notável a presença e a luta das mulheres para alcançarem os mesmos direitos, embora muitas vezes sejam esquecidas e somente lembradas em ocasiões específicas. Conforme Marta Nunes (2018), nas comunidades, as crenças, tradições e costumes são mantidos intensivamente pela maior parte das mulheres em São Tomé e Príncipe. O conhecimento da história da participação política das mulheres no país contribuirá para que crenças e certos costumes que as prejudicam sejam abolidos, contribuindo para uma transformação psicológica profunda e independência, autonomia. Uma vez que será a partir tanto das mulheres como homens que poderão modificar e colocar em extinção as transformações na função tradicional das diferenças existentes.

Para Ali Mazrui e Christophe Wondji (2010, pág. 1102), com relação aos papéis dos homens e mulheres no continente africano antes do regime colonial, havia a crença de que Deus fez a mulher guardiã do fogo, da água, e da terra, sendo bem nítida a função que cada um exerce. Ainda muito cedo, as mulheres ficaram responsáveis pelo trabalho doméstico e, por ser muito intensivo, foi uns dos fatores que dificultaram a participação em outras funções.

Em África, as mulheres destacaram-se no setor agrícola nos anos 1930, pois muitos homens tiveram que sair de casa em busca de trabalhos remunerados e, por conseguinte, produzindo uma nova divisão sexual do trabalho nas zonas rurais. As mulheres assumiram as demandas e ficaram responsáveis pela terra, mas, com o passar do tempo, esta ocupação tradicional foi ameaçada com o surgimento de novas tecnologias, o que fez com que perdessem uma boa parte do poder que elas tinham.

Outra ameaça foi o comércio externo, pois o comércio era ocupação tradicional das mulheres no continente africano. Quando era local, as mulheres estavam no centro das decisões

---

<sup>5</sup> Conforme Seibert, o povoamento das ilhas ocorreu apenas a partir do século XV, a partir de um modelo agrário exportador-escravista, o que diferencia bastante da demais realidade do restante da África, e a aproxima de sociedades diaspóricas como o Brasil.

Quanto ao povoamento das ilhas, Oliveira (1993) afirma que foi iniciada com os negros africanos trazidos como escravos pelos portugueses, sendo que a maior parte dos habitantes são filhos da terra (descendentes de escravos e dos europeus), comerciantes e grandes proprietários de engenhos como os franceses, genoveses, castelhanos. Outros grupos são os angolares (escravos angolanos que escaparam de um naufrágio, quando o seu navio seguia para o Brasil entre 1540 e 1550), os forros (descendentes de escravos libertos), serviçais (trabalhadores imigrados) e tongas (filhos de serviçais nascidos na ilha) (Oliveira 1993 *apud* Mauricette, 2009).

e desempenhavam a função de comerciantes. Entretanto, quando houve a expansão das atividades econômicas nos períodos colonial e pós-colonial, excluíram as mulheres das posições centrais da economia internacional. Assim, podemos constatar que as mulheres foram discriminadas e impedidas de ocupar um espaço onde sempre estiveram (MAZRUI & WONDJI, 2010).

Mazrui e Wondji (op. cit.) alegam que a desigualdade de gênero está acentuada na economia, mas que as mulheres sempre participaram ativamente desta arena. Elas foram subordinadas aos homens na arena política e os autores creem que isso poderá se modificar quando houver uma elevação das mulheres na área militar por ser uma arena em que, historicamente, foi negado acesso às mulheres, uma vez que por muitos anos foram (ou são) vistas como sexo frágil e incapazes de atuar nesta área, que representa, defende e protege a pátria. Margarida Paredes (2014) nos diz que este é um espaço privilegiado de representações sobre masculinidade, demonstrando que há uma falta de vontade de uma política para inclusão das mulheres neste espaço

A cultura militar é profundamente genderizada, o seu ethos e valores são claramente masculinos. Constituídos maioritariamente por homens, os exércitos têm nas últimas décadas sido alvo de feminização, embora não haja igualdade de género no campo militar. Apesar de o número de mulheres militares, em Angola, ser muito reduzido, inferior a 1% dos efetivos, o militarismo tem sido modelo para novas (re)construções identitárias e tem conduzido a renovadas dinâmicas sociais, como já foi dito (Margarida Paredes, 2014, p. 302.).

Quando Paredes (op. cit.) faz uso dos termos masculinidade e feminilidade, refere-se à construção social, histórica, cultural, relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres no que concerne à identidade de gênero (CONNELL 1987, 2011 [1995], ALMEIDA 1996, 2000 E BUTLER 2003 [1990] *apud* PAREDES, op. cit.)

A análise do militarismo a partir da perspectiva do sistema patriarcal contribui, portanto, para desmascarar os privilégios de uma forma de masculinidade dominante e hegemónica que operam e existem activamente nas sociedades actuais. Desta forma, quanto mais militarista for uma sociedade, mais sexistas tendem a ser as suas instituições e valores (MOURA, 2005, p. 49 *apud* PAREDES, op. cit., p. 303).

Abordar a situação das mulheres no continente africano nos remete à violência de gênero, submissão e exclusão social, dentre outros fenômenos. O ajuste estrutural<sup>6</sup> contribuiu para

---

<sup>6</sup> O PAE é um instrumento de ação que foi concedido pelos países ocidentais, através de instituições como o FMI e o BM para viabilizar a economia dos países pobres. Este programa constituiu uma tradução do Plano Marshall (plano do governo norte-americano que consistiu na reconstrução da Europa após a 2ª grande guerra, para que os EUA

ressaltar a feminização da pobreza e, conseqüentemente, o insucesso escolar e a aumentar a dificuldade de inserção das mulheres na vida econômica e política, como é o caso de São Tomé e Príncipe. Ao lado disto, a contribuição da participação das mulheres é muitas das vezes subestimada no que tange ao processo de desenvolvimento de um país (OSÓRIO, 2004, *apud* SEQUEIRA).

Fatou Sow (1997) nos alerta sobre a importância e o desempenho das mulheres no desenvolvimento econômico em geral e nas áreas em que as mesmas foram marginalizadas e impedidas de dar o seu contributo, a despeito da sua relevância para a estrutura social, o desdém ao desempenho dos papéis por ela desempenhados nas transações microeconômicas e o necessário reconhecimento de seu papel no processo de desenvolvimento do país.

Em 19 de setembro de 1974, um grupo de mulheres de São Tomé e Príncipe se reuniu e decidiu sair à rua com propósito de se prontificar ao momento mais emblemático do país: a luta pela independência contra o poder colonial. Todas elas se vestiram de preto e exigiram ao governo colonial a independência da nação. Tendo em conta que, a esta altura, a maior parte dos países africanos havia ficado independente e que o colonizador estava enfrentando, há mais de uma década, guerras de libertação em três diferentes territórios africanos<sup>7</sup>, finalmente, com o novo governo de Portugal, em 7 de julho, reconheceram o direito dos "territórios ultramarinos" à independência, por meio da Lei 7/1974<sup>8</sup>, e atribuiu ao presidente da república a responsabilidade de negociar as independências. No entanto, em São Tomé e Príncipe<sup>9</sup>, havia um contexto de luta para apressar independência e pressionar os políticos portugueses para que reconhecessem o MLSTP como único legítimo representante do povo são-tomense, excluindo do jogo político os interesses comerciais e agrícolas portugueses nas ilhas<sup>10</sup>. Após um ano lutando, o país se tornou independente e a histórica manifestação do dia 19 de setembro ficou reconhecida como o Dia das Mulheres Santomenses.

Conforme aponta Sequeira (2010), depois da transição democrática, em 1992, foi criado o Gabinete de Promoção da Mulher e da Família como quadro institucional da mulher no governo, tendo como objetivo principal o estudo e a análise da situação das mulheres e visando à promoção da igualdade de direito e de oportunidades, assim como a intervenção em todas as

---

pudessem ter mercado para escoar os seus produtos) aplicado pelos países do ocidente aos países da periferia e, em particular, aos países da África Subsaariana (GABAS, 1988 *apud* MAURICETTE, 2009).

<sup>7</sup> Em 25 de abril de 1974, houve em Portugal um movimento revolucionário que derrubou a ditadura de inspiração fascista no poder desde 1926.

<sup>8</sup> Para mais informação, acesse: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/7-1974-279272>

<sup>9</sup> Ver: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22842>

<sup>10</sup>: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/10569>

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6757>

áreas que dissessem respeito às mulheres e à família. Isto fez com que fossem abertos mais espaços na arena do debate público para novas demandas sociais das mulheres, incluindo a demanda pela equidade de gênero, objetivando acelerar a participação igualitária das mulheres e dos homens em todos os domínios sociais, em todas as etapas.

De acordo com Lurdes (2015) as mulheres realizaram espetáculos com finalidade de demonstrar a capacidade das mulheres ocupando diversos cargos que lhes eram impedido, e isso fez com que elas ocupassem alguns espaços, desenvolveram diversas iniciativas que tinha como intuito integrar as mulheres santomenses no desenvolvimento nacional, todavia por falta de gestão, por não conhecer a realidade da comunidade e sociocultural do país, falta experiências e a falta de envolvimento das beneficiárias na identificação do projeto e consequentemente fez com que houvesse o fracasso desta organização.

Em 1975, apenas 18,2% das mulheres participavam das estruturas formais do poder nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)<sup>11</sup>, com os processos de abertura política da década de 1990, houve uma queda brusca desta representatividade, uma vez que, em 2000, pode se constatar somente 9,1% de mulheres santomenses no parlamento, percentual que se manteve constante até o ano de 2004. Em 2003, a primeira (e única) mulher a ocupar o cargo de primeira ministra do país, Maria das Neves, foi vítima de golpe de Estado, recuperando o seu assento uma semana depois e dando seguimento até 2004, quando sofreu um ataque cardíaco. Conforme Maria das Neves, diante do golpe de Estado orquestrado, a mesma teve aptidão, tolerou e até dialogou com os golpistas. Por outro lado, em São Tomé e Príncipe, as mulheres participam ativamente da produção econômica, representando 71% dos trabalhadores não qualificados, 58,9% dos trabalhadores de serviços e vendedores, 44% dos trabalhadores intelectuais e científicos, 31,4% dos técnicos intermédios e 24,4% dos legisladores e executivos (INE, 2010).

Apesar de 44% de mulheres exercerem uma profissão intelectual e científica, ainda se pode constatar que são majoritárias na categoria de serviços e vendedores, ocupações que, em São Tomé e Príncipe, não requerem grandes qualificações. Também entre os trabalhadores não qualificados a participação feminina é alta, o que evidencia um número significativo de mulheres que trabalham nos setores informais, com baixos rendimentos, desprovidos de proteção social e com maior precariedade laboral. Ainda assim, é preciso considerar que as mulheres santomenses têm um papel muito importante na sociedade.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mulheres-ao-poder-nos-palop/a-52677550>

Zeleza (1997) tece críticas sobre a não abordagem ou ausência da referência à participação das mulheres na história, frisando que a história das mulheres africanas requer respeito acadêmico e, sobretudo, reconhecimento. Suas histórias são marginalizadas - ou as mulheres não são abordadas ou são mal representadas nas narrativas, sendo representadas como subordinadas ou por meio do típico discurso romantizador de que os ambos os sexos disfrutavam dos iguais direitos.

Acima disso, pode-se constatar a ausência de referências exclusiva feminina do registro da ativa participação das mulheres na luta da independência de São Tomé e Príncipe. Conforme Lurdes (2015), as mulheres estiveram junto os homens a mobilizar e sensibilizar a população em diversos lugares em prol da independência total e completa.

Como pautado anteriormente, por viverem numa sociedade sexista e machista, as mulheres são inibidas ou até mesmo impedidas de ocupar espaços de poder e temem serem julgadas por isto. A ideia de que a política é ocupação para o homem ainda está muito enraizada no imaginário sociocultural. Na próxima seção, discutiremos mais detidamente a situação da mulher na sociedade santomense.

#### **4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA SOCIEDADE SANTOMENSE**

Com a população atual estimada em 226.917 habitantes<sup>12</sup>, é majoritariamente composta por mulheres (50.5%), enquanto os homens representam 49.5%. São nítidas as desigualdades existentes entre homens e mulheres, o que, por sua vez, cria desvantagens para as mulheres nas arenas política, econômica e social. É necessário que seja feito um esforço coletivo de atores políticos, públicos e privados, para que seja impulsionado o engajamento e para que haja empoderamento feminino. Como parte deste esforço, trago a reflexão sobre a cultura Africana e o sistema matriarcal, pois, as mulheres também estiveram no centro de decisões e desempenharam um papel crucial no comércio antes da expansão da economia.

Conforme Diop *apud* Johann Scholl (2016), as antigas sociedades africanas foram as primeiras matriarcais e o matriarcado é a mais antiga forma de organização social: “as mulheres tinham um papel primordial de controle da economia destas sociedades africanas pois eram responsáveis pela produção agrícola e sua distribuição na unidade familiar e nos mercados” (DIOP *apud* JOHANN SCHOLL, 2016, p. 29).

---

<sup>12</sup> Para mais informação, ver: [https://countrymeters.info/pt/Sao\\_Tome\\_and\\_Principe](https://countrymeters.info/pt/Sao_Tome_and_Principe).

Quanto ao poder de decisão feminino, no que diz respeito à economia, há evidências de que as mulheres também tinham voz, reafirmando a existência do matriarcado.

Amadiume fala num sistema matriarcal (no sentido de matricentralidade), como um sistema ao mesmo tempo social, económico e político. Este sistema matriarcal, dominado pelas mulheres, que controlavam as atividades agrícolas, o mercado, o comércio e a religião, existia ao lado dum sistema patriarcal, dominado pelos homens, ambos partilhando e cooperando espaço social. (AMADIUME apud CASIMIRO, 2004, p. 78).

Tanto mulheres como homens tinham voz para tomar decisões importantes, sendo de suma importância pautar tanto a existência do matriarcado como do patriarcado no continente africano. Embora que ocorresse de uma forma desigual, o matriarcado era relacionado ao familiar e, por outro lado, o patriarcado à violência e apropriação.

As mulheres santomenses têm se mostrado eminentes desde o tempo colonial. Como exemplo temos como o marco de 3 fevereiro 1953, o “Massacre de Batepá”, quando diversas mulheres foram vítimas das atrocidades coloniais, presas e torturadas, mas não cederam informações que pudessem vigorar contra os seus compatriotas. Tivemos nomes como Andreza da Graça do Espírito Santo, Alda do Espírito Santo, Ema de Oliveira Baptista de Sousa, Maria da Piedade Marques d’Alva, Maria de Lurdes Bragança, Maria do Espírito Graça, Odete Quaresma Barros, Otília Sequeira Bragança. Como já havia pautado inicialmente, elas saíram às ruas em 19 de setembro de 1974 e este dia foi reconhecido como Dia das Mulheres Santomenses, do qual fizeram parte dois grupos nacionalistas que lutaram para independência de São Tomé e Príncipe.

Assim afirmou o primeiro presidente de São Tomé e Príncipe durante o seu discurso, de acordo com Lurdes (2015)

Queremos chamar a atenção daqueles que ainda consideram a mulher como ser inferior, para o papel importante que ela desempenhou na nossa luta de libertação, tanto ao nível da mobilização das massas, como nas diferentes manifestações no nosso país, a mulher teve uma participação ativa. As nossas mulheres sofreram mais do que qualquer outro nacional durante o período colonial. Sobre ela recaía não somente o peso da exploração colonial, mas também o da tradição que a relega para um plano inferior, privando-a de toda e qualquer iniciativa dentro da sociedade. A emancipação da mulher é um passo indispensável na defesa dos direitos de cada cidadão de participar ativamente na direção do nosso país. (Costa, 1978:26 apud Lurdes, 2015, p. 28)

Conforme Santos (2014), elas participaram organização nacionalista Associação Cívica lutando pela conquista da independência nacional, pouco depois da Revolução dos escravos, que derrubou o regime fascista português em 25 de abril de 1974. Conforme Zefanias-Lowe Helena

e Mabela. Mabyeka Khanysa (2012) às mulheres no PALOP tiveram papéis destacados nas lutas pelas independências em diferentes áreas, como educação, militar, assistência médica e logística, embora a maioria ocupasse os lugares domésticos. Após a independência, ainda que homens e mulheres não possuíssem experiências para exercerem os cargos ministeriais, as mulheres foram penalizadas, pois nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), somente uma mulher tomou posse como ministra em São Tomé e Príncipe (STP). Outras foram empossadas como ministras em Moçambique e em Angola.

Como defendem Grosselli e Mezzaroba (2011), para se alcançar a possível paridade política entre os sexos e plena representatividade nos centros das tomadas de decisões, é preciso participar na vida política. Todos nós somos seres políticos e, por conseguinte, seria indispensável à participação na vida pública, até porque é um dever e um direito de um cidadão. Esta é umas das formas que cada cidadão pode contribuir para o desenvolvimento e, sobretudo, para a construção da sociedade, porque para haver democracia é preciso haver participação ativa de cada um dos cidadãos que constitui determinada sociedade.

Participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplem os interesses coletivos e o exercício da cidadania (GROSSELI & MEZZAROBA, 2011, p. 4).

Para Sequeira (2010), São Tomé e Príncipe está numa transição de período de crise, em que o país vive um momento de desorientação e perturbação. Os atuais ou novos valores ainda não se afirmaram e os valores antigos estão desaparecendo. O ativismo das mulheres no movimento que culminou com a emancipação do país ocorreu numa situação em que elas, em sua maioria, estavam circunscritas ao ambiente doméstico, apesar de trabalharem em empresas agrícolas. Ocorreram mudanças significativas nas vidas das mulheres, sobretudo em termos de legislação, durante a 1ª República, sob o governo do partido Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de 1975 a 1990.

A Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe (OMSTP) tomou a responsabilidade de sensibilizar e mobilizar as mulheres a fim de estimulá-las a participar no processo da construção do país, cujo o regime era de partido único de tendência socialista. Com o fim da Guerra Fria, São Tomé e Príncipe adotou um regime político multipartidário, de modo que funções estatais não podiam mais ser assumidas por órgãos partidários como a OMSTP e, no ano 1992, o governo publicou o Decreto n. 43/1992, instituindo o Gabinete de Promoção da Mulher

e da Família como quadro institucional das políticas para mulheres, com o objetivo de analisar as condições femininas para promover a igualdade de direitos e de oportunidades, assim como a intervenção em todos os ramos, com incidência na situação das mulheres e da família.

Não podemos negar que as mulheres têm conquistado cada vez mais espaço na vida política, já temos mulheres como Primeira Ministra, Ministra de Negócio Estrangeiro, Presidente da Assembleia Nacional, Ministra da saúde, já tivemos mulheres a se candidatar a presidência da república, entretanto nunca alcançaram este espaço. Embora sofrendo muita ação discriminatória, mesmo que a Constituição estipule e a lei determine a igualdade entre as mulheres e homens. O Relatório dos Direitos Humanos em São Tomé e Príncipe - 2017 afirma que

Apesar de muitas mulheres terem acesso a oportunidades na educação, nos negócios e no governo, em geral, as mulheres – e, em particular, as de idade mais avançada – continuaram a deparar-se com um nível significativo de discriminação social. As crenças tradicionais deixaram as mulheres com a maior parte da responsabilidade pela educação dos filhos. As mulheres mais jovens tiveram maior acesso à educação e oportunidades econômicas em comparação com a geração anterior. Contudo, a alta taxa de gravidez entre as adolescentes reduziu as oportunidades econômicas para muitas mulheres. Os regulamentos do governo, que proibem adolescentes grávidas de frequentar o ensino secundário com os seus pares, aumentaram a probabilidade de as mães adolescentes não concluírem o ensino secundário<sup>13</sup> (Relatório de Direitos Humanos, 2017, p.10).

Em algumas realidades sociais, as mulheres desempenham a mesma função que os homens, mas não recebem a mesma remuneração que eles, muitas vezes assumindo dupla jornada ao acumular funções profissionais e domésticas e sujeitas à violência doméstica. Há que se pautar a existência de estereótipos que contribuem muito para a ideia de superioridade masculina, a educação sexista, a qualificação técnica diferenciada, a subestimação da capacidade das mulheres, a baixa escolaridade e, sobretudo, algo que já está impregnado no imaginário social: ao se falar em tomada de decisão, o primeiro estímulo é sempre pensar em um líder.

Embora ainda seja a minoria a ocupar altos cargos de tomada de decisão, quer no parlamento ou nas empresas, com aprovação de lei de quota de 30% nos órgãos de tomada de decisão vivenciamos um contexto revolucionário. Em 1975, eram cerca de 18,2%; de 2000 a 2004, tivemos uma estagnação de 9,1%; em 2007, tivemos a pior percentagem até agora, que foi 2%; em 2009, tivemos um aumento de 7,35%. Depois da independência obtivemos a melhor percentagem, que foi de 18,2% no ano 2015, com a aprovação de lei de quota. Em 2019, houve

---

<sup>13</sup> Ver: <https://ga.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/217/saomeandprincipehrr2017porfinal.pdf>

de novo uma queda para 14,5%, porém, se equiparamos com os demais países do PALOP, depois da Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe ocupa a pior posição no que concerne à representatividade no parlamento.

É necessário que haja representatividade para que as mulheres sejam representadas e defendidas. Para que desenvolvimento da sociedade ocorra, a diversidade e a equidade são pontos-chave.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora nos encontremos em contexto diferente, atualmente podemos constatar as mesmas dificuldades de outrora. Como foi mencionado neste artigo, historicamente as mulheres ocuparam uma posição subalterna, decorrendo certa alternância, a depender da classe social e raça<sup>14</sup>. A construção social machista e patriarcalista, costumes, crenças, cultura, a tripla jornada, a conciliação do trabalho doméstico (cujo o trabalho que historicamente é desvalorizado e há uma certa obrigação por parte das mulheres em cuidar da casa e o filho), o trabalho assalariado e o ser esposa, diversos tipos de violência, seja ela física, psicológica, moral, sexual, discriminação de mulheres para mulheres, são barreiras para a ascensão feminina na sociedade santomense.

Cada vez mais mulheres santomenses vêm assumindo o seu papel junto ao homem na construção da nação. Embora os avanços ocorridos ainda se revelem insuficientes, as mulheres santomenses têm sido ousadas e, com muita audácia, vem buscando ocupar posições na arena política do país, o que tem resultado na adoção de políticas focalizadas nos sucessivos governos, como "quotas nos partidos" e a "Lei da Paridade". Depois de ter iniciado em 1975 com 18,2% de representação feminina, o parlamento santomense chegou a ter 2% de mulheres, em 2007, cenário que foi revolucionado após a aprovação de um dispositivo legal que fixa a quota de 30% nos órgãos de tomada de decisão.

A sub-representação das mulheres na política é, infelizmente, um fenômeno disseminado em nível mundial e tanto mulheres como homens, aos poucos, passam a ter consciência desta

---

<sup>14</sup> "raça" é considerada como uma noção social, não biológica. "É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam." (Munanga, 2022).

desigualdade. No entanto, se houver colaboração entre nós, poderemos mais facilmente, junto com os homens, reforçar a igualdade e ajudar a modificar as leis e as políticas.

### Referências

CASIMIRO, Isabel Maria; ANDRADE, Ximena. Investigação sobre Mulher e Gênero no Centro de Estudos Africanos. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 21, p. 3-18, 2005.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa, série Brasil e África**, Ed. UFPE, Pernambuco, 2004.

CRENSHAW, Kimberle (1 de janeiro de 1989). «*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*». *The University of Chicago Legal Forum*. **140**. pp. 139–16

JOHANN SCHOLL, CAMILLE. **Matriarcado e ÁFRICA: A produção de um discurso por intelectuais africanos** – CHEIKH ANTA DIOP E IFI AMADIUME; Porto Alegre 2016. Disponível em:  
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156965/001016625.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 set.2021.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI Christophe. A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres. In: **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010 (História Geral da África, VIII).

MCFADDEN, Patrícia. Tornamo-nos Feministas Africanas Contemporâneas: Histórias femininas, legados e os novos imperativos. **Série diálogo feminista**, Maputo, n° 1, nov. 2016

MESTRE, M.B.A. **Mulheres do século XX: memórias de trajetórias de vida, suas representações (1936-2000)**. 2004. 236p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Inclusão Social: um debate necessário?** Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 27 de jan. 2022.

PAREDES, Margarida. **Mulheres na luta armada em angola: memória, cultura e emancipação**, ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, julho de 2014.

NEVES, Mauricette Carvalho das. **O poder político e as políticas públicas no período de transição em São Tomé e Príncipe: do regime socialista para o regime democrático representativo**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Sócio – Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis p.58. 2009.

OKIN, Moller Susan. **Gênero, O Público e o Privado**. **Estudos Feministas, Florianópolis**, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

OLIVEIRA, G., SILVEIRA. **A África no Pós-Guerra Fria: Geopolítica e Pinto Celi, feminismo, história e poder.** Revista de sociologia e política V. 18, Nº 36: 15-23 JUN, p.16, 2010

SANTOS, Lurdes Maria Lima Viegas Pires. **A igualdade de género em São Tomé e Príncipe: entre a realidade e a utopia.** Dissertação de Mestrado, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Mimeo. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila de Gender: *a useful category of historical analyses.* In: **Gender and the politics of history.** New York: Columbia University Press. 1989.

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe.** 2.ed.2002

SEQUEIRA, Vitoria Cecilia Almeida. **A situação das mulheres na sociedade santomenses: discriminações de género e a participação feminina na esfera produtiva.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2010.

HELENA, Zefanias-Lowe; KHANYSA, E. Mabyeka. **Que Espaço Para AS Mulheres na Política nos PALOP.** Embondeira, centro de recursos praticantes de desenvolvimento, março de 2012.

SOW, Fatou. *The social sciences in Africa: Engendering African Social Sciences*, 1997.

ZELEZA, Tiyambe. *Gender Biases in African Historiography: Engendering African Social Sciences*, 1997.